

Os intérpretes de Gramsci no Brasil: um estudo sobre a apropriação do conceito de revolução passiva.

de Oliveira Gomes Verônica.

Cita:

de Oliveira Gomes Verônica (2010). *Os intérpretes de Gramsci no Brasil: um estudo sobre a apropriação do conceito de revolução passiva*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/229>

Os intérpretes de Gramsci no Brasil: um estudo sobre a apropriação do conceito de revolução passiva¹

Verônica de Oliveira Gomes² - 05º Congresso Latinoamericano de Ciência Política

1. Introdução

A partir da década de 1960, principalmente após a abertura militar, ocorreu, no país, uma crescente preocupação em debater os processos de formação do Estado e sociedade brasileiros, procurando nesses processos as raízes dos problemas sociais e políticos característicos de nosso país. Nesse contexto de produção, o pensamento de Gramsci encontrou espaço no cenário político do país. Até então não havia debates em torno de sua obra no Brasil, e a pouca difusão do fato de Gramsci ser um dos fundadores do Partido Comunista Italiano já mostrava como ele não nos era conhecido efetivamente (COUTINHO, 2007a). As primeiras referências ao marxista sardo apareceram nos anos de 1920 e 1930 através de exilados italianos, trotskistas e outros antifascista, porém eram vagas e escassas essas indicações (SECCO, 2002).

A situação começa a se transformar no início da década de 1960, mais especificamente no movimento de restauração das fontes marxistas do Partido Comunista Brasileiro e a aproximação de intelectuais acadêmicos ao partido depois do golpe militar de 1964. É nessa década que os intelectuais Latino-americanos começam a se dedicar ao estudo da obra de Gramsci, difundindo-a a partir das Universidades e dos centros de ensino, e buscando apropriar-se criticamente dela a fim de utilizar seu pensamento na análise de nossa realidade. Os anos 1960 foram aqueles em que Gramsci começou a fazer parte das elaborações políticas dos partidos de esquerda na América Latina.

No Brasil, surgem nessa época as primeiras referências teóricas a Gramsci, e inicia-se um primeiro ciclo de uso de suas obras, que se estendeu até meados da década de 1970, trazendo as primeiras traduções de seus textos ao país: as *Cartas do Cárcere* e a edição temática³ dos *Cadernos*. Porém essas traduções não obtiveram grande difusão e nosso autor,

¹ Este trabalho é resultado inicial de pesquisa que tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na forma de bolsa de mestrado.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas e integrante do grupo de Pesquisas *Marxismo e Pensamento Político*, coordenado pelo professor Dr. Álvaro Bianchi, no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX).

³ A primeira edição dos *Cadernos do Cárcere* é denominada "edição temática" pois seus organizadores, Palmiro

apesar de mais conhecido no Brasil, ainda não tinha se tornado uma grande referência nos debates entre os intelectuais (COUTINHO, 2007a).

O segundo ciclo teve incício em meados dos anos de 1970, quando de 1975 a 1980 foram republicadas as traduções brasileiras de Gramsci e o número de obras em português se expandiu. Esse “boom” gramsciano não era um fato isolado, mas respondia a uma crescente internacional - no período entre 1974 até 1980 registram-se cerca de 200 títulos ao ano tematizando o seu pensamento, e em 1977 e 1987, respectivamente aos 40 e aos 50 anos da morte de Gramsci, houve 1160 publicações – levantamento de Jonh Cammett (1991).

Outro fator que influenciou esse novo ciclo foi a abertura democrática, contexto que permitiu uma maior difusão e uso do autor. Não foi por acaso que nessa época o legado de Gramsci começa a ser disputado, “seu crescimento do prestígio político, intelectual e acadêmico o transformou em referência para a grande imprensa e até para políticos no poder ou para jornalistas e intelectuais estabelecidos na alta classe média. Gramsci passou a ser usado, de um lado, para atacar um suposto atraso da esquerda e para defender reformas liberais; de outro, justifica posturas moderadas de esquerda ou para apoiar grupos esquerdistas” (SECCO, 2002, p. 56).

A partir da década de 1980, Gramsci já havia adquirido legitimidade entre militantes e intelectuais e seu pensamento começou a se expandir ainda mais, conquistando seu espaço como referência para estudos não apenas no campo extritamente político, mas do pensamento social em geral.

É nessa trajetória da expansão e difusão da obra de Gramsci que encontramos, principalmente na década de 1970-1980, o uso do conceito de revolução passiva para pensar a formação do Estado brasileiro. Aprender as características do nosso Estado era uma grande preocupação para época, e a possibilidade da interpretação através desse conceito atraiu principalmente os intelectuais críticos da ditadura brasileira e que se inseriam nas universidades.

Desde então, os conceitos e categorias gramscianas, como “nacional-popular”, “hegemonia”, “Estado ampliado”, “revolução passiva”, “sociedade civil” entre outras, vêm sendo utilizadas com frequência cada vez maior por nossos autores: “*Gramsci é hoje parte da cultura latino-americana a tal ponto que suas categorias de análise atravessam o discurso*

Togliatti e Felice Platone, não publicaram a obra cárcerária de Gramsci à íntegra, mas optaram por fazer uma seleção de parágrafos do autor e os reuniu em seis volumes de acordo com o que consideraram temas centrais dos estudos de Gramsci: “a filosofia de Benedetto Croce”, “a questão dos intelectuais e da educação”, “Maquiavel e a política moderna”, “o passado e o presente”, “o *Risorgimento* italiano” e “a literatura e a vida nacional”.

teórico das ciências sociais, dos historiadores, dos críticos e dos intelectuais em geral, e estão (via de regra de modo abusivo) presentes na linguagem cotidiana das forças políticas de esquerda ou democráticas” (ARICÓ, 1993, p.26). Buscar os autores que operam com essa chave de estudos e compreender ao que e à quem eles estão elaborando respostas contribui para entender a própria formação do pensamento político no país.

2. O conceito de Revolução Passiva nos Cadernos do Cárcere

Meu objetivo de estudo está centrado no conceito de revolução passiva, porém sem perder de vista o conjunto da obra de Gramsci. Recordando de forma sucinta as principais características do trabalho de Gramsci sobre a modernização capitalista, podemos indicar dois módulos principais desse processo na teoria gramsciana: a revolução “ativa” - ou via clássica - e a revolução passiva. A revolução ativa implica em uma transformação radical da estrutura de produção, com “destruição” das características da sociedade pré-capitalista. Nesta via, as relações de trabalho inerentes às formas de produção anteriores são eliminadas, juntamente com a antiga classe dominante.

A revolução ativa seria marcada pela forte presença de um elemento chamado “jacobino”. O termo jacobino é dotado de duas acepções: a primeira delas é a real, histórica, de determinado partido da Revolução Francesa, com concepção determinada da revolução e, por isso, ações e programa políticos dados sob certas formas, com métodos caracterizados por extrema energia e convicção em suas ações políticas. O segundo sentido é uma derivação do primeiro, uma metáfora do jacobinismo, usada para distinguir o homem político enérgico, resoluto, duramente convencido das virtudes superiores de suas ideias (GRAMSCI, Q 1, §44).

Caracterizada pelo elemento jacobino, a via clássica se distinguiria por “aniquilar a classe adversária ou ao menos reduzi-la à impotência” (GRAMSCI, Q 1, §44). Essa via se daria pela conquista da hegemonia por uma classe ou bloco de classes, mobilizando as massas populares e levando a uma erradicação da ordem anterior. Nela, “a conquista do poder e a afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis: a propaganda de uma é também a propaganda da outra; na realidade, é nessa coincidência que se funda a origem unitária da classe dominante, que é, ao mesmo tempo, econômica e política” (GRAMSCI, Q 1, §150). Nesses termos, a burguesia como classe teria plenas condições de dirigir um processo radical de implementação de uma nova ordem política e social, sendo capaz de libertar as forças econômicas já desenvolvidas.

Em contraposição, a revolução passiva se refere a uma “revolução sem revolução”;

seria uma forma de explicar as vias não clássicas de realização do domínio burguês, sem a presença do elemento revolucionário (jacobino), e com a permanência de inúmeros resquícios da ordem anterior. A partir de seus estudos sobre o *Risorgimento* italiano, Gramsci visualizou que, em um Estado onde a estrutura é fraca e a população ou o controle social não se encontram inteiramente guiados por mecanismos econômicos, a classe burguesa tenderá a uma formação atrasada e a reprodução social e política do capitalismo terá características peculiares.

O autor italiano buscou compreender como, em um contexto nacional em que “não existia uma forte e ampla classe de burguesia econômica” (GRAMSCI, Q 6, § 78), pôde ocorrer um desenvolvimento de forças produtivas sem rupturas definitivas com as relações sociais vigentes. Ele analisou como o contexto italiano favoreceu uma modernização capitalista à base de uma coalizão conservadora, ao invés de propiciar uma ruptura revolucionária.

A condição do atraso italiano auxiliou a coalizão conservadora que levou a cabo a unificação do Estado italiano por meio de um processo lento, semelhante àquele observado por Lênin na via prussiana, e de restauração progressiva das elites ligadas ao mundo agrário. Na Itália o Piemonte assumiu a função de uma “classe dirigente” numa situação de crise de hegemonia provocada pelas contradições entre novas e arcaicas relações econômico-sociais que se manifestavam na base daquela formação social e pela pressão por parte das classes subalternas. Diante da necessidade de mudança e da própria debilidade da burguesia italiana para realizá-la por completo, essa viria por cima, pelo Estado, por meio de reformas graduais e da tutela das classes subalternas (LIMA, 2003, p.68).

Diferente da forma de articulação das revoluções clássicas, a passiva é pontuada pela sua debilidade econômica, que seria suprida por uma rica e complexa rede supraestrutural. Essa compensação seria uma solução das sociedades pré-capitalistas ou de desenvolvimento capitalista incipiente para conseguir implementar uma modernização burguesa; as supraestruturas se colocariam à frente da estrutura em uma tentativa de criar condições, mesmo retardatárias, de desenvolvimento de forças produtivas.

Sem estar estabelecida, a classe burguesa não teria condições de liderar um movimento amplo de ruptura da ordem vigente no momento pré-capitalista. Ao mesmo tempo, a pressão do desenvolvimento econômico internacional, difundido para os países periféricos, levaria as classes hegemônicas pré-capitalistas a uma necessidade de aliar-se a essa burguesia para, juntos, manterem certa ordem social e, ao mesmo tempo, modernizarem a estrutura do país. ocorre então uma aliança entre diferentes frações das classes dominantes e, desse modo, a

revolução passiva é capaz de implementar mudanças necessárias ao progresso do capital, mas executa tal tarefa conservando vários elementos sociais, políticos e econômicos da ordem anterior:

“Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, Q 15, §11)

A revolução passiva seria “uma construção lingüística propositalmente paradoxal”, não podendo ser entendida como uma reação completa à mudança social, nem como uma mudança social completa (VIANNA, 2004, p. 98). Nos termos de Aggio:

“Podemos dizer que a revolução passiva expressa essencialmente uma combinação de continuidade e mudança dialética entre conservação e renovação. Num processo desta natureza, o conjunto da sociedade é afetado pela modernização, como um processo de mudança estrutural, sem que haja uma transformação político-social de caráter radical.” (1998, p.167.)

Nessa via de processo histórico, as massas populares não estariam mobilizadas para exercer um papel politicamente ativo. Isso implicaria na ausência do elemento jacobino e, exatamente essa carência de um ator ativo marca uma das principais características da revolução passiva. “A maior ou menor presença desse ‘portador da antítese’ que diferenciaria uma forma atrasada de uma forma avançada de revolução” (VIANNA, 2004, p. 101).

O contexto de uma revolução tardia impõe às classes dominantes a necessidade de instrumentos econômicos, políticos e sociais para implementar a modernização capitalista em paralelo a uma contenção dos indivíduos subordinados. Percebendo que essas classes, devido à debilidade estrutural e ao atraso de formação da sociedade civil, foram incapazes de executar por si só essas tarefas, Gramsci apreende a chave dessa transformação social: o Estado. “A unidade histórica das classes dirigentes ocorre no Estado e a sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados” (GRAMSCI, Q 25, § 5), e assim sendo, estudar a formação histórica da classe burguesa exige o conhecimento da

formação de seu Estado.

A incapacidade de autoconstituição da sociedade nos países periféricos daria ao Estado um papel central no processo de modernização das forças produtivas; seria ele o “agente” das transformações almejadas pela aliança das facções dominantes e ao mesmo tempo da contenção das mudanças indesejadas por essas. O Estado passa a ter um sentido fundador do capitalismo moderno nos países de revolução tardia.

As soluções desse processo, portanto, seriam dadas “pelo alto”. O Estado e os estratos intelectuais ligados a ele, seus funcionários, atuariam de maneira dominante, ocupando o papel da burguesia que deveria se apresentar revolucionária, mas que nestes países, por sua debilidade estrutural, será substituída na transição para uma forma política, social e econômica moderna. Nesse processo, o Estado acaba tendo seus poderes ampliados e recebe o papel de organizar a sociedade civil, mas ao mesmo tempo de contê-la, ou seja, mantê-la imobilizada. Tal tarefa seria realizada na medida em que algumas das demandas corporativas das classes subalternas seriam atendidas, mantendo-as, desse modo, inertes.

Toda revolução passiva desenvolve um “conservadorismo ou reformismo temperado”, que rompe a livre dialética política das contradições entre as classes e neutraliza e orienta a iniciativa popular, buscando satisfazer muito parcialmente algumas exigências “em pequenas doses, legalmente, de modo reformista” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p.120-121). Ao mesmo tempo, Gramsci não nega a existência de alguma movimentação popular, porém essas manifestações seriam inorgânicas e esporádicas.

Assim, a revolução é passiva quando o Estado se sobrepõe a uma classe dirigente e o aspecto de dominação (coerção) predomina sobre o aspecto de direção (hegemonia organizadora do consenso). Essa estatização da transição destrói toda iniciativa popular autônoma na base e também qualquer modificação nas relações governantes-governados no interior das superestruturas e das instituições. Observamos que, quando a classe dirigente não tem uma “base de massa expansiva”, o Estado substitui essa classe como “motor” de desenvolvimento econômico-social, determinando o que Gramsci chama “ditadura sem hegemonia” (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p.132). Então, partindo de seu aparelho, o Estado deve criar condições para seu desenvolvimento. Encerrada nesse jogo de contradições entre modernizar e conservar, a revolução passiva indica um processo de dialética mutilada, na qual a tese é conservada na antítese.

3. Tradução como possibilidade de análise

Podemos dizer que o pensamento de Gramsci está, por um lado, historicamente datado, inserido no espectro de tempo que vai da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, passando pelo surgimento do fascismo e do nazismo, até as primeiras indicações históricas que culminaram na Segunda Guerra Mundial; por outro lado, essa datação histórica não pode nos impedir de reconhecer no pensamento de Gramsci uma elaboração teórica que não se esgota neste arco de tempo, ou ao menos não se reduz inteiramente a ele (BADALONI, 1993).

Se questionarmos a validade das adequações dos conceitos de Gramsci para realidades que não a italiana, podemos apresentar uma nota do próprio autor como ponto de partida para uma resposta: *“O conceito de revolução passiva parece-me exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas e de guerra-nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”* (GRAMSCI, Q 4, §57).

Em nosso trabalho, é grande a importância de uma concepção histórica que entenda como válida a reelaboração e a interpretação de conceitos pensados para outros contextos. É essencial entender que a realidade histórica pode não prescrever soluções para nossos problemas práticos, mas que ela tem a capacidade de indicar caminhos mais racionais para nossas ações, clareando as origens dos dilemas contemporâneos, indicando opções realistas e fornecendo idéias valiosas e discernimentos, modelos e analogias. É central, então, a visão de Gramsci de que é perfeitamente legítimo um historiador utilizar textos clássicos como apoio para responder suas próprias preocupações - na medida que isto não resulte em uma distorção histórica.

Para nossa pesquisa, o uso de conceitos em diferentes momentos históricos deve observar os seguintes pontos:

- a. Idéias podem comportar muito do que pode ser considerado um valor permanente, mesmo que elas mesmas se tornem falsas ou obsoletas;
- b. Os pensadores trabalham dentro de tradições intelectuais, que - até certo ponto - transcendem determinados contextos;
- c. Toda a história é “história contemporânea”, ditada pelos interesses do historiador; o estudo do passado é valioso somente na medida em que ele esclarece problemas ou necessidades presentes/atuais.
- d. Não é nem necessário nem desejável, de uma perspectiva gramsciana, entender o

corpo de um pensamento, puramente ou até principalmente, dentro da intenção consciente do autor.

Essas premissas permitem pensar como algumas ideias podem ter valor historicamente perene; porém, o uso das mesmas fora de seus contextos iniciais não é feito de forma estritamente semelhante ao da sua formulação, mas acaba sendo um uso adaptado pelo intérprete ao novo contexto ao qual está sendo inserido. O próprio resgate de um conceito “passado” para explicação de um determinado “presente” demonstra a existência de uma necessidade contemporânea de tal movimento. Por isso esse resgate não é um anacrônismo, mas sim uma urgência atual de seus atores.

Essa “apropriação” de certas ideias é trabalhado por Gramsci no desenvolvimento do conceito de *tradução*. Esse conceito é determinante em nosso trabalho, pois é a visão do próprio autor sobre como uma obra deve ser enxergada nas variadas perspectivas históricas em que é aplicada. É no conceito de tradução que encontramos a chave para pensar as resignificações do pensamento de Gramsci em contextos diversos ao seu. Iremos analisar as traduções de seus conceitos através de seu conceito de tradução.

Mesmo Gramsci aderiu ao marxismo renovando vários de seus aspectos conceituais e reajustando-o às exigências de seu tempo; e não só os conceitos de Marx foram resignificados pelo autor sardo, mas uma série de outros autores e conceitos - mesmo o de “revolução passiva” retirado de Cuoco ou “hegemonia” já presente na obra de Lênin - tiveram valorações e nuances em sua obra. Ou seja, além de teorizar sobre o conceito de tradução, Gramsci adotava tal prática em seus escritos através de suas metáforas e de sua relação com as obras de autores com as quais dialogava.

Para Gramsci, a tradução seria um ato preeminente intercultural e é por esta razão que ela adquire forma linguística a qual todos reconhecem (BOOTHMAN, 2004). A tradução poderia ser feita na medida em que a “gramática histórica” expressa um caráter “comparativo”, onde o ato de tradução está relacionado com a própria *práxis* da língua (BARATTA, 2004). Nos *Cadernos*, Gramsci trata o conceito de “tradução” como método de diálogo entre o que ele metaforicamente chama de “linguagens”. Essas linguagens pressupunham fatores superestruturais diversos umas das outras, porém identificações históricas entre elas permite que conceitos e ideias sejam intercambiáveis entre suas realidades.

No modelo gramsciano, a tradução não é um processo direto ou horizontal, como etimologicamente pode parecer consistir em conduzir (ou transferir) qualquer coisa de um lado à outro (trans-late), mas é um ato no qual um conceito expresso em sua língua natural

atravessa diversos níveis de sua superestrutura até a base da sociedade, para depois passar à base da segunda sociedade e ressurgir, através da superestrutura, representada por um conceito linguístico próprio da segunda sociedade (BOOTHMAN, 2004).

Uma passagem de Gramsci que bem representa sua ideia de tradução é aquela do *Caderno 11*, em que ele recupera de Marx a ideia de que existe uma equivalência entre, de um lado, a prática e a política francesa e, do outro, a filosofia clássica alemã:

“Da mesma maneira que dois “cientistas” formados no terreno de uma mesma cultura fundamental acreditam sustentar diferentes “verdades” somente porque empregam uma diferente linguagem científica (o que não quer dizer que entre eles não exista uma diferença e que esta diferença não tenha o seu significado), também duas culturas nacionais, expressões de civilizações fundamentalmente similares, acreditam ser diferentes, opostas, antagônicas, uma superior à outra, pelo fato de empregarem linguagens de tradição diferente, formadas com base em atividades características e particulares a cada uma delas: linguagem político-jurídica na França, linguagem filosófica, doutrinária, teórica na Alemanha. Para o historiador, em realidade, estas civilizações são tradutíveis reciprocamente, redutíveis uma à outra. Esta tradutibilidade, por certo, não é “perfeita” em todos os detalhes, até mesmo importantes (mas que língua é exatamente tradutível em outra? Que palavra singular é exatamente tradutível em outra língua?), mas o é em seu “fundo” essencial. É possível, também, que uma seja realmente superior à outra, mas quase nunca o é naquilo que os seus representantes e defensores fanáticos pretendem e, sobretudo, quase nunca em seu conjunto: o progresso real da civilização ocorre graças à colaboração de todos os povos, graças a “impulsos” nacionais, mas tais impulsos quase sempre dizem respeito a determinadas atividades culturais ou grupos de problemas” (GRAMSCI, Q 11 §48).

Também no *Caderno 13*, quando Gramsci se pergunta da possibilidade das implicações econômicas da teoria política de Maquiavel, *“se a linguagem essencialmente política de Maquiavel pode ser traduzida em termos econômicos e a qual sistema econômico pode ser incluída”* (GRAMSCI, Q13 §13), podemos notar mais um aspecto da “tradução”: ela não se trata de traduzir somente os termos e conceitos dentro de uma mesma área, mas

reconhecer primeiramente que duas matérias, a política e a economia neste caso, podem ter premissas fundamentalmente iguais, serem confrontáveis entre si e poderem ser traduzidas reciprocamente, considerando os diferentes períodos históricos e a conjuntura dos relativos países (BOOTHMAN, 2004).

Diante dessa ideia, quando perguntamos se é possível o uso dos conceitos gramscianos para a interpretação da realidade histórica do Brasil, estamos indagando a respeito da “possibilidade da existência de uma 'tradutibilidade' das linguagens; é questionar a possibilidade de algumas experiências históricas, políticas e sociais, encontrarem uma equivalência em outras realidades” (AGGIO, 1998, p.161). Supor que isso seja possível não implica na ideia de uma aplicação mecânica da teoria “tradutível” para os diversos contextos, não encerra as noções de “repetitividade” ou “reiteração”. Traduzir não significa reproduzir, mas sim fazer uma nova criação a partir de uma teoria extraída de uma situação histórica com fundamentos similares.

A verificação da possibilidade de tradutibilidade carrega consigo a possibilidade de implementar as potencialidades de um pensamento dotado de um “critério interpretativo” que tem grandes chances de nos fazer ver claramente as razões pelas quais a trajetória brasileira resultou em uma sociedade complexa, mas desarticulada, de desenvolvimento desigual e com frequentes crises políticas (AGGIO, 1998, p.162). “*As interpretações de Gramsci sobre os processos de mudança social, a passagem de uma sociedade tradicional para o capitalismo e as semelhanças do caso italiano (o Risorgimento) com o brasileiro, eram muito férteis para serem desprezadas*” (PANSARDI, 2002, p.178).

Daí a importância de apreender como o conceito de revolução passiva foi utilizado na análise da modernização capitalista no Brasil, e a necessidade de recuperar esse mesmo conceito das notas de Gramsci em seus *Cadernos*. Podemos dizer que é imprescindível “repensar as interpretações do Brasil” e que este empenho é válido mesmo quando o desafio é “investigar as interpretações clássicas ou mais rotinizadoras do pensamento social e político para demonstrar sua inteligibilidade histórica, cognitiva ou normativa” (BOTELHO e LAHUERTA, 2005).

Além disso, para pensar as transformações contemporâneas são necessários um entendimento mais amplo dos condicionantes históricos de nossa direção e a constante retomada do estudo do processo de formação do país em vista dos elementos novos de análise que nos são apresentados. Assim foi pensada essa proposta de pesquisa, no sentido de investigar os principais entendimentos da formação capitalista brasileira na chave da revolução passiva, pensando no enriquecimento da ciência política nacional através da

contribuição dos estudos gramscianos.

Se pressupomos então que: i) o conceito de “revolução passiva” assume novas características em sua tradução para o Brasil e; ii) essas nuances e particularidades que o conceito adquire estão ligadas ao que nos distingue da história da Itália e da Europa; podemos concluir que os autores brasileiros, ao resgatarem esse conceito para o entendimento de nossa nação periférica, acabam por transformá-lo em outra coisa que não o conceito original. Devemos então perguntar “*qual é então ‘o nosso Gramsci’? Que decomposições e recomposições efetuamos sobre o corpo teórico gramsciano a fim de iluminar a nossa realidade, de dar conta na teoria do que se produziu na prática?*” (ARICÓ, 1993, p.28).

Para compreender como os intérpretes de Gramsci no Brasil se apropriaram do conceito de revolução passiva para explicar os impasses (políticos, econômicos e sociais) criados por nossa modernidade tardia, devemos levantar alguns aspectos analisados por estes:

- a. Entender como os autores pensam a consolidação do Estado moderno no Brasil;
- b. Como são encaminhadas as soluções políticas do Brasil na consolidação do capitalismo;
- c. Os tipos de acordos que existem entre as classes dominantes;
- d. O grau de participação política das classes subalternas;
- e. O papel do Estado nesse processo de transformações;
- f. O nível de “ocidentalização” da sociedade brasileira.

Será através da forma como cada autor utiliza o conceito de “revolução passiva” para responder as questões colocadas que conseguiremos delinear as características que o termo assume em cada obra considerada especificamente e quais são as particularidades da história brasileira que dão expressividade única às traduções do conceito estudado.

Dos usos do conceito pelos brasileiros, trabalhamos com algumas hipóteses do que pode ter acontecido no processo de análise da formação do Estado brasileiro através da chave gramsciana:

1. O modelo utilizado pelos intérpretes brasileiros enfatizou na maioria das vezes, de modo unilateral, uma das modalidades utilizadas por Gramsci na construção do conceito – a modalidade da “revolução pelo alto” própria do Risorgimento italiano – descurando outras modalidades - como a revolução/restauração, utilizada por Gramsci no estudo das revoluções de 1848, e o americanismo/fascismo, na qual são centrais as transformações no âmbito da organização da produção.
2. O conceito de revolução passiva, ao permitir uma analogia histórica com as vias não clássicas de construção do Estado moderno na Europa, fornece soluções teóricas consistentes

para explicar situações de capitalismo tardio, como as que caracterizam o Brasil, na medida em que:

- a. Tratar-se-ia de uma modernização estatalmente dirigida.
- b. Pressuporia um acordo entre velhas e novas classes dominantes.
- c. Ocorreria sem a participação ativa das classes subalternas.

3. Permanecem entre os diversos autores brasileiros que tratam do tema desacordos importantes sobre:

- a. O grau de “ocidentalização” da sociedade brasileira.
- b. O caráter positivo ou negativo da revolução passiva, ou seja, sua capacidade real de transformação social.
- c. O alcance do caráter modernizador do processo de revolução passiva brasileiro.

4. Revolução Passiva no Brasil

No Brasil nunca houve, de fato, uma revolução. Aqui, são classificados como revolução movimentos políticos que têm por objetivo a firme intenção de evitar uma revolução propriamente dita. Tanto em nossa “revolução” da Independência, “revolução” de 1930 ou a “revolução” de 1964, fomos acostumados a uma linguagem paradoxal, em que a conservação necessitou reivindicar o que deveria consistir o seu contrário - a revolução. *“Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização”* (VIANNA, 2004, p.43).

O Brasil chega à sua modernização mantendo compromissos com o seu passado, e por isso pode ser caracterizado como *“lugar por excelência da revolução passiva”* (VIANNA, *op. cit.*). O processo nacional-libertador já começa abortado pelo episódio da vinda da família real e a instalação do Estado metropolitano na colônia; desse ponto inicia-se a lógica conservadora-modernizadora, onde coube ao príncipe herdeiro, e não à uma força do “povo brasileiro” a tarefa de cooptação das lideranças nacional-libertadoras e o próprio ato político da Independência.

Vianna faz ligação entre as revoluções passivas na Europa e no Brasil: a primeira tem origem no ciclo revolucionário de 1789 e 1848 e a mesma raiz está na formação do Estado-nação no Brasil, pelo fato da imigração da família real portuguesa ser uma consequência do período napoleônico, uma irradiação da influência exercida pela Revolução Francesa. Esse movimento defensivo em relação ao ciclo revolucionário francês era ambivalente: significava

conservação na metrópole e conservação-mudança na colônia. Este Estado se colocou de forma limitada socialmente através da conservação de suas bases agroexportadoras escravistas.

Esse novo Estado-nação, inspirado no liberalismo, nascia sem uma economia que estivesse sintonizada com ele, e carregava em si uma ambigüidade radical: liberalismo e escravidão.

“Se, na sociedade civil, o liberalismo atuava como ‘fermento revolucionário’, induzindo rupturas moleculares na ordem senhorial-escravocrata, ele não poderia se comportar como o princípio da sua organização sem acarretar, com isso, o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo e no exclusivo agrário e que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e presença internacional” (VIANNA, 2004, p.45).

Ou seja, mesmo com a criação de um Estado pré-moderno, não foi modificada a estrutura econômica escravista, ainda que essa fosse incompatível com a proposta de formação de um Estado liberal.

Para as elites políticas do novo Estado-nação, a preservação e expansão do território e o controle sobre a população eram as diretrizes políticas. Isso significava manter as lógicas dos latifúndios e não transformar as relações subservientes da sociedade. De forma a alcançar esses objetivos, não foram as estruturas econômicas herdadas da colônia que impuseram a forma do Estado, e sim o Estado que, ao restaurar essas estruturas, inicia a sua história com a única alternativa econômica compatível com a vocação de sua estratégia territorialista (VIANNA, 2004). Nosso Estado liberal cria compromissos com os meios pré-capitalistas de extração do excedente econômico e levará as elites políticas a um sistema de orientação pré-moderno.

Preso à essa política territorialista e agrária, e com a ausência de uma sociedade civil organizada/estruturada, o liberalismo implantado não conseguiu criar condições para o encontro intelectual-povo, e assim, *“a revolução burguesa seguia em continuidade à sua forma ‘passiva’, obedecendo ao lento movimento de transição da ordem senhorial-escravocrata para uma ordem social competitiva, chegando-se, com a abolição, à constituição de um mercado livre para a força de trabalho sem rupturas no interior das elites, e, a partir dela, à República, em mais um movimento de restauração de um dos pilares da*

economia colonial: o exclusivo agrário, que agora vai coexistir com um trabalhador formalmente livre, embora submetido a um estatuto de dependência pessoal aos senhores de terra” (VIANNA, 2004, p.47).

Com a expansão da ordem burguesa, e com ela o surgimento de novos elementos da vida social urbana - empresários, intelectuais, operários, os militares recrutados nas camadas médias citadinas -, surge uma base cultural que poderia “ativar” o espírito revolucionário do liberalismo. Com isto, notamos a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e movimentos como o Tenentismo e a Coluna Prestes. As demandas por modernização econômica e social são recebidas por facções tradicionais da elite que, juntamente com as camadas médias dos centros urbanos iniciam um novo direcionamento à revolução burguesa, com a “revolução” de 1930, que já entra sob a chave de modernização conservadora.

No caso da década de 1930, os movimentos também estavam correlacionados aos fatos que ocorriam internacionalmente. A Era Getulista dava-se no período de surgimento do fascismo e do americanismo. A modernização tem continuidade sem se desprender das bases agrárias brasileiras, de onde, como bem lembra Vianna (2004), as elites tradicionais tiram os recursos políticos e sociais necessários para a sua conversão ao papel de elites modernas, chegando a guiar o processo de industrialização. Na história brasileira o liberalismo não encontrou quem assumisse de maneira radical a sua representação; a sociedade de massas emergente da urbanização e industrialização seria indiferente a ele. A ascensão da burguesia no Brasil ocorre, então, de forma diferenciada do modelo chamado “clássico” de revoluções, por não ter substrato revolucionário para tal.

Como a ordem senhorial-escravocrata foi mantida, e não ocorreu o enfrentamento da questão agrária, percebemos que existia uma barreira da qual a burguesia liberal não conseguia ultrapassar. Por isso o liberalismo não se tornou uma ideologia de massa e só existiu para consagrar a liberdade e fornecer sustentação ideal à fundação de nosso Estado-nação. Se chegamos a esse entendimento, podemos dizer que os movimentos de modernização brasileiros foram processos de revolução passiva, no qual a elite assegurou a manutenção do pólo conservador.

Para melhor entender esse período, Coutinho (2005 e 2007a) sugere que o conceito de “via prussiana” seja uma ferramenta complementar de análise, junto ao conceito de revolução passiva. Segundo o autor, o primeiro daria condições para compreender as características estruturais e o conceito gramsciano explicaria os aspectos superestruturais de nossa história. Para ele, o período colonial brasileiro foi um momento pré-capitalista, onde o país estaria apenas formalmente subordinado ao capitalismo comercial, pois para que existisse

subordinação real deveria existir trabalho livre assalariado.

A utilização do conceito de revolução passiva em Coutinho comporta a ideia de uma transição para o capitalismo onde, por um lado, tivemos a passagem para o novo em conjunto com a manutenção do velho e, por outro, a conservação de relações tradicionais não constituindo em um obstáculo à nossa modernização. Dessa forma, tivemos duas vias simultâneas de um mesmo processo: a conservadora, chamada de *restauração*, que impedia a ação revolucionária dos grupos subalternos; e a segunda via, a *renovação*, em que parte das demandas populares foram assimiladas, produzindo importantes modificações na estrutura de classes, particularmente no bloco do poder, deslocando o bloco agrário para uma posição de menor importância. O período situado entre a Independência e parte da República, Coutinho irá se referir como sociedade “oriental”, que para Gramsci significa um momento em que a sociedade civil é “primitiva e gelatinosa” e o Estado representa sua organização. Coutinho utiliza o termo, porém com ressalvas, assinalando que o Brasil nunca foi tão “oriental” quanto a Rússia czarista ou a China pré-comunista, pois aqui haveriam traços modernos e liberais no período citado (COUTINHO, 2002).

A partir dos anos de 1920, a sociedade brasileira vai se tornando mais complexa e o capitalismo vai se tornando o modo de produção dominante também nas relações internas (COUTINHO, 2005, p.26). O Brasil vai ganhando uma estrutura social capitalista propriamente dita a partir da abolição escravocrata. Nesse período surgem novas classes sociais e esboços de industrialização. Na década de 1930, a revolução passiva adquiriu uma nova configuração, quando o seu “elemento revolucionário” passou, então, a ser a questão social, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar novas oportunidades de vida para a grande maioria ainda aprisionada, e sob relações de dependência pessoal, nos latifúndios.

A Era Vargas foi mais uma manobra “pelo alto”, uma união entre setores da classe dominante e de cooptação de lideranças da classe média em emergência. O Estado pós 1930 incorporou os sindicatos na tentativa de conter o desenvolvimento da sociedade civil e em 1937 implementou uma ditadura. Werneck Vianna, em *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*, trata o período de 1930 como o momento que “redundará no passo derradeiro para a consumação da revolução burguesa no país” (VIANNA, 1978, p. 134 e 135). Para o autor, o Brasil já havia se formado sob condições capitalistas de produção, mas 1930 seria uma espécie de momento decisivo da revolução burguesa através do processo de revolução passiva. Uma modernização política e econômica era obstaculizada pelo domínio dos setores agrários sobre os meios do Estado, porém esses já não eram capazes de manutenção de

hegemonia, passando então a compor com a ainda fraca burguesia urbana. A fragilidade desses grupos diante da nova configuração social que se encaminhava e o bloco heterogêneo que formavam, não lhes davam qualquer segurança e pouca legitimação. Dessa forma, foram levados a erigir um projeto que incorporasse as necessidades de todos que compunham esse novo bloco no poder.

O Estado que se estrutura nesse momento se coloca sob uma base corporativista, e é nessa característica que ele encontra a forma de contenção dos setores populares: o “transformismo”, a dissolução das lideranças populares e sua cooptação - incluindo aquelas do movimento operário que surgia - foi um dos marcos das políticas da Era Vargas. Nos anos 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek (JK), a revolução passiva se transveste em “fuga para frente” e “cinquenta anos em cinco”. A vitalidade desse processo de transformismo empresta, por suas realizações, principalmente econômicas, legitimidade às elites políticas territorialistas, isolando social e politicamente as elites do liberalismo econômico e a esquerda (aqui representada, principalmente, pelo PCB, criado na expansão social da década de 1930).

Coutinho (1993), ao pensar da década de 1950 ao golpe militar de 1964, usa a categoria de “revolução passiva” agregada à de “Estado ampliado”, indicando a presença de uma rica sociedade civil que, embora subordinada e hegemônica, não chegou a ficar plenamente cancelada no Brasil - disso pode derivar uma avaliação diferente do “populismo”, vinculada à noção de “revolução passiva”, onde esse se torna uma ferramenta de “transformismo” dos grupos dominantes para exclusão das massas populares. Coutinho negou que, mesmo na situação de extremo autoritarismo que caracterizou o Brasil a partir daqueles anos, se possa falar de um regime reacionário de massas. O povo fora marginalizado, mas não organizado pelo regime (BADALONI, 1993).

No ciclo do governo militar, a doutrina expansionista é a política “pelo alto” dos militares. A imposição das políticas e medidas econômicas foi realizada de forma direta. Ações para separar os intelectuais da massa eram constantes - como os Atos Institucionais e a “caça” aos intelectuais e aos dirigentes operários. Novamente não existe uma ruptura com as elites agrárias e muito menos foi resolvida a questão agrária do país.

Vianna (2004) assume que a passagem de nossa forma pré-capitalista para capitalista não se deu através de um rompimento brusco e sim de uma revolução passiva - uma mudança de caráter processual, lento e gradual - com reformas moleculares que configuraram o novo sobreposto ao velho sem eliminá-lo. Dessa forma, a modernização seria conservadora, caracterizada pelo cerceamento do Estado e pela criação de maneiras de controle e expropriação dos grupos subalternos. É nesse panorama que Werneck Vianna enxerga o golpe

de 1964 como continuidade do processo iniciado em nosso modelo colonial, aprofundado desde a república e principalmente em 1930.

Observando o que aconteceu após a crise do “milagre” brasileiro, Coutinho (1993) pergunta-se se o futuro de seu país pode ser interpretado, segundo a visão gramsciana, como caracterizado por uma articulação de tipo oriental ou ocidental, captando, na superação da passividade das massas e da sociedade política forte, a tarefa estratégica que responde à necessidade de auto-organização dos trabalhadores, de socialização da política e de “reconhecimento” da especificidade de seu país (BADALONI, 1993).

A revolução burguesa no Brasil se conclui no final da década de 1970, se considerarmos o ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, com a projeção da burguesia industrial de assumir o papel de classe dirigente e com a emergência da classe operária reivindicando liberdade de contrato de venda da força de trabalho, além de uma transformação significativa do trabalhador agrário em proletariado agrícola.

O fortalecimento do sindicalismo e do associativismo na década de 1980, em conjunto com as divergências internas da burguesia, trouxe a possibilidade do desfecho democrático para o Estado brasileiro. O Brasil estava industrializado e sua burguesia já cumpria claramente o seu papel dirigente na hegemonia criada através do processo de revolução passiva.

5. Conclusão

O que tentamos mostrar rapidamente nesta comunicação foi que, *“quando Gramsci discute as possibilidades de resolução da crise política de sua época, o faz a partir dos materiais históricos concretos que tem à disposição: a Revolução Francesa; a história italiana, particularmente o Risorgimento; a experiência dos conselhos turinenses; e a Revolução Russa. Toma, portanto, como ponto de partida uma história das revoluções”* (BIANCHI, 2006, p. 42).

Dado o presente complicado em que Gramsci estava inserido - Europa no pós-Primeira Guerra Mundial, Rússia soviética, crise de 1929 e o surgimento e avanço do fascismo na Itália - ele sente necessidade de responder a essas questões históricas de uma maneira filosófica e política, e dessa empreitada é que surge o conceito de revolução passiva.

Inicialmente o termo é utilizado pelo marxista sardo para interpretar a história italiana, como já apontamos, especificamente o *Risorgimento*, ou seja, a constituição do capitalismo em seu país. Gramsci recolhe o termo do historiador Vincenzo Cuoco, atribuindo-lhe conteúdo

inédito. Dessa forma, em sua obra, o conceito de “revolução passiva” se torna um critério de interpretação de fatos sociais complexos e, por vezes, ferramenta de análise para períodos históricos completos e diferentes entre si - como por exemplo a Restauração pós-napoleônica na França e o americanismo. Extraído de seu contexto original e reformulado, o conceito ganha uma amplitude muito maior do que em seu sentido inicial.

Assim como Gramsci, os autores brasileiros, ao interpretarem a história de seu país através do resgate do conceito de “revolução passiva”, estão reformulando o sentido que o mesmo traz, a fim de entender com maior clareza a constituição de nossa história e delinear os apontamentos que possam advir de tal compreensão, para uma futura “mudança” de nossas condições de desenvolvimento.

Nosso projeto de estudo ainda encontra-se em estágio inicial, por isso trabalhamos de maneira sucinta os pontos que irão compor de maneira central a pesquisa. Apresentamos um esboço do caminho que iremos seguir mais profundamente: resgatar o conceito de revolução passiva dos *Cuadernos* de Gramsci; e levantar os usos feitos do conceito pelos autores brasileiros, tentando apontar e compreender as inovações que foram necessárias e as características inéditas que ele assume ao ser traduzido para a compreensão da formação de nosso Estado.

Referências Bibliográficas

AGGIO, A. A revolução passiva como hipótese interpretativa de história política latino-americana. In: AGGIO, A. (org.) *Gramsci. A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998, p.161-176.

ARICÓ, J. Geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BADALONI, N. Gramsci, para além de sua época e de seu país. In: : COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BARATTA, G. *As rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, n. 23, p. 34-57, 2006.

_____. *O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOOTHMAN, D. *Traducibilità e processi traduttivi*. Un caso: A. Gramsci linguistica. Perugia: Guerra edizioni, 2004.

BUCI-GLUCKSMANN, C. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva. In: FERRI, F. (org). *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1978, p.117-148.

_____. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, C. N. Os Intelectuais e a Organização da Cultura no Brasil. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, v. 10, 1981.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. . In: COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas no Brasil de hoje. In: FÁVERO, O. e SEMERARO, G. (orgs). *Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: vozes, 2002.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. L'epoca neoliberale: rivoluzione passiva o controriforma? *Critica Marxista*, Roma, n. 2, p. 21-26, 2007b.

DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.189-257.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Cárcel*: edición crítica del Instituto Gramsci. México: Era, 1981, 6t.

_____. Cadernos do Cárcere. COUTINHO, C.N. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 6t.

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

LIMA, R. R. A de. *Via prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto*: estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo. Dissertação (mestrado). Marília, São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade

Estadual Paulista, 2003.

PANSARDI, M. V. *Da revolução burguesa à modernização conservadora: a historiografia frente à revolução de 1930*. Dissertação (doutorado). Campinas, São Paulo: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

DEL ROIO, M. *Revolução passiva e sua tradução para o Brasil*. s.d., mimeo.

SECCO, L. *Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. “O coroamento da Era Vargas e o fim da história do Brasil”. *Dados*, v. 38, n. 1, p.163-172, 1995.

_____. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.